
Marina de Mello e Souza

Professora do Departamento de
História da Universidade de São Paulo.

RODRIGUES, Jaime.

De costa a costa. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)

São Paulo: Companhia das Letras, 2005, 440p.

A centralidade da exploração do trabalho escravo e do comércio de africanos na história, economia e sociedade brasileiras, do final do século XVI ao final do século XIX, se expressa na riqueza da historiografia voltada para esses temas e na variedade de ênfases que recebeu, próprias às abordagens predominantes em cada época. Recentemente foram feitos alguns balanços dessa historiografia, como os de Stuart Schwartz ("A historiografia recente da escravidão brasileira", em *Escravos, roceiros e rebeldes*, Bauru, EDUSC, 2001, pp 21-82), e o de Russel-Wood, em um epílogo - "Considerações retrospectivas, atuais e prospectivas"- inserido na última edição de seu livro *Escravos e libertos no Brasil colonial* (Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2005, pp 293- 360). No entanto, os temas ligados à escravidão e ao tráfico de africanos estão longe de serem esgotados, o que pode ser amplamente comprovado no livro de Jaime Rodrigues, resultado de sua tese de doutorado, defendida na UNICAMP em 2000, sob a orientação de Sílvia Hunold Lara. Estudioso do comércio de escravos há muitos anos, nesse livro privilegia as situações e os agentes que ligaram a costa africana à brasileira, como diz o título do seu livro, trabalhando com grande quantidade de documentação primária. Ao dar especial atenção aos mecanismos de abastecimento de escravos estabelecidos no continente africano e envolvendo agentes locais, e aos aspectos ligados à vida nas embarcações, traz contribuições novas à historiografia brasileira sobre o tráfico de africanos escravizados.

É justamente ressaltando a profusão de trabalhos sobre a escravidão moderna e sobre o tráfico que Jaime Rodrigues abre o seu livro, fazendo também um rápido balanço historiográfico e incorporando no universo abordado o que chama de "*africanistas*" - no seu entender os especialistas acadêmicos com interesse "pelos acontecimentos na África" (p. 23), que teria sido despertado justamente pelo interesse pela escravidão negra e seus desdobramentos nas sociedades africanas. Vale aqui fazer uma ressalva importante apesar de absolutamente tangencial ao livro, pois tal afirmação pode ratificar uma corrente de pensamento que entende só ser possível fazer história da África na medida em que as suas sociedades se relacionem com grupos vindos de fora do continente. Africanistas são estudiosos de história e assuntos africanos não necessariamente ligados às questões da escravidão e do tráfico de escravos, havendo uma enorme gama de estudos históricos acerca de sociedades africanas que não abordam temas ligados à escravidão e ao comércio de pessoas. A inclusão dos agentes africanos e das determinações internas ao continente na análise do tráfico atlântico é certamente um avanço na historiografia sobre a escravidão, mas de forma alguma esgota o campo de estudos dos chamados africanistas, nem estes passaram a existir somente com os estudos ligados à escravidão e ao tráfico.

Feita essa pequena ressalva, que provavelmente se deve às deformações de minhas próprias perspectivas, cabe destacar o pioneirismo da pesquisa de Jaime Rodrigues, que baseada em pesquisa documental de

fôlego busca entender como era a atuação dos agentes diretamente envolvidos com o comércio de gente, os capitães de navios, os intermediários comerciais, os tripulantes das embarcações, mas também dos grandes traficantes e chefes africanos que controlavam o tráfico, recorrendo a fontes como correspondência entre autoridades, processos de apreensão de contrabando de escravos (durante o período da ilegalidade do tráfico) e relatos de viajantes dos navios negreiros, que lhes permitiram reconstituir aspectos do cotidiano dessas atividades, permeadas de múltiplas tensões, tanto entre os africanos, como entre os europeus e entre os europeus e os africanos. A atenção que dá aos assuntos diretamente ligados à travessia do oceano, à vida nas embarcações e aos aspectos práticos ligados a ela, como questões ligadas ao tratamento das doenças e às relações hierárquicas entre tripulação, escravos e os que ocupavam funções de mando, dá especial originalidade ao livro. Também a circularidade de saberes que as múltiplas travessias promoviam, especialmente quanto ao tratamento das doenças, articulando universos culturais diferentes, é tema indicado, chamando atenção para as embarcações como mais um lugar aonde novos conhecimentos iam sendo construídos e aplicados. Mas não só europeus e africanos aprendiam uns com os outros, como também africanos de origens diversas, que eram obrigados e construíram novas solidariedades e desenvolverem culturas híbridas no processo de reinventarem suas identidades, uma vez que suas antigas inserções haviam sido aniquiladas pela escravização. Esse processo se iniciava nas caravanas que os traziam do interior e continuava nos navios negreiros e nos armazéns nos quais eram comerciados já em terras americanas, como o mercado do Valongo no Rio de Janeiro, ponto final da travessia e do livro.

As dificuldades postas pela escassez de fontes que permitissem reconstituir as formas como os africanos vivenciaram a escravização e os significados que essa terrível experiência teve para eles, impediu que a intenção inicial de Jaime Rodrigues se realizasse, como ele mesmo indica nas páginas finais do seu livro, levando-o a fazer uma história da presença portuguesa na região de Angola e não uma "história social dos africanos no tráfico" (313). Em alguns momentos, como quando trata dos intermediários que adentravam os sertões à frente das caravanas que levavam os manufaturados a serem trocados por escravos, compostas principalmente de africanos e mestiços, os chamados "pombeiros", ou quando se detém na resistência que as populações locais opuseram à penetração portuguesa, ele se aproxima de uma história da África e não apenas dos europeus na África, recorrendo a alguns trabalhos de Joseph Miller, que conhece bem as sociedades centro-africanas. Mas como seu foco é o tráfico e não há a incorporação de outros estudos sobre as sociedades africanas, como os de Jill Dias, Beatrix Heintze, Isabel de Castro Henriques ou Maria Emília Madeiras Santos, para citar apenas alguns, a perspectiva é sempre a do estrangeiro e nunca a das lógicas autóctones.

No entanto, se para entender as determinações nativas os documentos escasseiam, Jaime Rodrigues nos traz grande quantidade de informações tiradas de relatórios administrativos e correspondência oficial, encontrados principalmente no Arquivo Histórico Ultramarino, além dos relatos de viajantes e memorialistas, que permitem contar com minúcia como se dava o comércio de escravos em terras e portos africanos, mostrando a importância dos chefes e comerciantes locais na realização desse negócio, que se foi introduzido pelos interesses das metrópoles coloniais não poderia ter

existido nas dimensões que conhecemos se não houvesse uma extensa rede de sustentação tecida a partir principalmente da África ocidental (costa da Mina) e da África central (Angola). É pena que os livros de Alberto da Costa e Silva publicados depois da defesa da sua tese (*A manilha e o libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700*, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira / Ed. UFRJ, 2002 e *Francisco Felix de Souza, mercador de escravos*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira / Ed. UERJ, 2004) não puderam ser incorporados, pois há ali muita informação que enriqueceria o livro de Jaime Rodrigues. Inovador na historiografia brasileira por dar atenção aos processos acontecidos no continente africano, seu foco é voltado para a atuação dos europeus e não para a dos africanos, aproximando-o de autores como Luis Felipe de Alencastro, por ele também invocado logo no início do livro.

Outro aspecto inovador do livro é a atenção dispensada à travessia propriamente dita, aos tipos de embarcações usadas, suas características particulares e adequações de cada uma aos diferentes momentos do tráfico – durante a legalidade, quando havia possibilidade de transportar maiores quantidades de escravos e os mecanismos de vigilância com relação às condições de higiene e alojamento eram mais atuantes, ou durante a ilegalidade, quando o processo todo tinha que ser mais rápido, mais ágil, e não sofria uma inspeção oficial regulamentada. Também a composição da tripulação recebeu sua atenção, tendo encontrado uma presença significativa de escravos entre os marinheiros, que podiam ter um papel importante na intermediação com os africanos traficados. O cotidiano do homem do mar, a dureza da vida a bordo, a ameaça constante das doenças, a disciplina férrea que impedia a eclosão de revoltas (algumas delas descritas no livro), a importância da constituição de uma língua franca que permitisse não só as trocas na costa como a convivência no mar entre pessoas originárias de diferentes culturas, a formação de laços de solidariedade, como entre os "malungos", as formas de religiosidade híbridas incorporando paganismos e africanismos, e a troca de saberes curativos entre europeus e africanos e entre africanos entre si são temas que indicam a riqueza de questões levantadas pela abordagem do autor.

Tratando da resistência dos africanos à escravização (capítulo 7), Jaime Rodrigues recorre a um documento especialmente interessante localizado no Arquivo Histórico Ultramarino no qual o negociante Manuel da Silva relata a revolta ocorrida em seu navio em 1782, quando os africanos botaram fogo no navio causando grande prejuízo ao comerciante. Exemplo de revolta, que geralmente ocorriam logo após o embarque quando o navio ainda estava próximo à costa, serve para o autor analisar as relações mantidas entre os escravizados, destes com seus algozes, assim como o comportamento dos agentes comerciais locais e estrangeiros, mostrando a sua agudeza analítica. No entanto, quando expande sua análise das revoltas ocorridas nas embarcações para a resistência que as populações locais ofereceram à penetração portuguesa e para as relações de vassalagem decorrentes das derrotas a elas impostas, a riqueza da sua documentação não é suficiente para dar conta das situações, tratadas em trabalhos de africanistas como Beatrix Heintze ("Luso-African Feudalism in Angola? The vassal treaties of the 16th to the 18th century", *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1980, pp.111-131) e Jill Dias ("O Kabuku Kambilu (c.1850-1900): uma identidade política ambígua", em *Actas do Seminário Encontro de Povos e Culturas em Angola*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, pp 13-53). Faço menção

a isso apenas para mostrar que um melhor conhecimento dos trabalhos sobre história de Angola, ou da região que os portugueses chamaram de Angola desde o final do século XVI, traria novos instrumentos para um refinamento da sua análise. Ainda no que diz respeito à resistência, me parece que o destaque que dá a esse aspecto do comportamento dos africanos, agora já embarcados no negreiro, faz com que não considere com a devida atenção um dos temas centrais do artigo já clássico de Robert Slenes ao qual recorre ("Malungo ngoma vem!" A África coberta e descoberta no Brasil", *Revista USP*, 12:48-67, dez 1991-fev1992), que é o processo de construção de novas identidades pelo qual passavam os africanos escravizados, a partir de grupos compostos de diferentes etnias, mas com uma base cultural comum, representada pelo macro-grupo banto.

A pouca consideração do universo cultural dos africanos ainda aparece quando discute a circularidade dos saberes curativos e aponta para a incorporação do conhecimento dos chamados "curandeiros" africanos para lidar com as doenças a bordo, pois mostra um conhecimento minucioso sobre os tratados médicos e as categorias profissionais ligadas ao mundo ocidental, mas pouca familiaridade com as práticas curativas africanas, que associa à religião mas não chega a explicar com mais detalhe. Mais uma vez, a não incorporação de bibliografia voltada para formas de conhecimento e religiosidade eminentemente africanas faz com que a análise se funde sempre no ponto de vista ocidental, tornando mais difícil penetrar nas razões e determinações dos africanos.

Mas a despeito dessas observações relativas ao viés eminentemente luso-brasileiro, ou ocidental, das análises empreendidas, é necessário ressaltar a atenção dispensada à parte africana do comércio que ligava as duas costas banhadas pelo Atlântico e a enorme riqueza da pesquisa documental, que além dos acervos do Arquivo Histórico Ultramarino, entre outros, explorou com perícia o Arquivo Histórico do Itamaraty e a documentação produzida pela Comissão Mista Anglo-Brasileira do Rio de Janeiro na tentativa de acabar com o tráfico ilegal de escravos. A pesquisa de Jaime Rodrigues mostra que há muito a explorar nos arquivos para dar continuidade a uma linha historiográfica aberta por Charles Boxer, explorada mais recentemente por Luis Felipe de Alencastro, e que tem ganhado cada vez mais adeptos entre os jovens historiadores brasileiros, na busca de entender de forma articulada a história construída a partir do império português, que se adaptou às diferentes realidades encontradas e usou a diversidade de experiências para orientar suas políticas administrativas. Se a história de Angola vai aos poucos se tornando mais próxima da nossa própria história, temos, entretanto, de estar mais atentos à história das populações africanas para que o panorama do conhecimento se torne cada vez mais complexo.